



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## **BASES EPISTEMOLÓGICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM DEBATE ESSENCIAL**

Luiz Bezerra Neto<sup>446</sup>  
(UESB)

Maria Cristina dos Santos Bezerra\*\*  
(UESB)

### **RESUMO**

Na atualidade existem vários movimentos sociais organizados em torno de uma proposta de uma educação do campo. Dentre estes movimentos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), principal articulador do Movimento “por uma educação do campo”. São importantes organizações sociais que conclamam a sociedade e o poder público a olhar atentamente para a educação das populações do campo enquanto refletem e elaboram propostas pedagógicas. Neste texto vamos discutir as bases epistemológicas destas propostas, não só do ponto de vista do trabalho pedagógico, mas, da prática social, defendendo que a prática comprometida com a transformação social só pode se dar com o aporte de uma teoria revolucionária e esta teoria é o materialismo histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo. Movimentos sociais. Fundamentos da Educação.

### **INTRODUÇÃO**

Neste texto vamos discutir a importância das bases epistemológicas daquilo que seria uma educação voltada para o homem do campo, bem como os pressupostos da proposta do movimento “por uma educação do campo”, ou melhor, discutiremos se há a necessidade de uma educação específica para o campo, dado que os índices de analfabetismo nesta área são ainda muito elevados. Além disso, consideramos importante discutir se há a necessidade de educar o homem para a sua permanência no campo.

---

\*Doutor em Educação, professor da UFSCar. Coordenador do Grupo de estudos e pesquisas sobre Educação do Campo (GEPEC-UFSCar). E-mail: [lbezerra@ufscar.br](mailto:lbezerra@ufscar.br). Agência Financiadora FAPESP.

\*\* Doutora em Educação, professora da UFSCar. Membro do Grupo de estudos e pesquisas sobre Educação do Campo (GEPEC-UFSCar). E-mail: [cbezerra@ufscar.br](mailto:cbezerra@ufscar.br).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Antes de adentrar na discussão sobre os fundamentos filosóficos do “Movimento por uma educação do campo” advertimos que este texto é datado e como tal retrata a concepção desse movimento em um determinado momento, não se constituindo numa verdade absoluta ou imutável, uma verdade metafísica, pois ao se analisar as práticas ou teorias de um dado movimento social devemos considerar que esse movimento possui uma certa dinâmica e que está sempre em movimento. Por outro lado é importante prevenir que estas verdades não são relativas ou efêmeras a ponto de se impossibilitar que possamos compreender como estas concepções serviram de base para a formulação de determinadas políticas ou ações para o movimento.

Os defensores da educação do campo, via de regra, consideram que a população rural foi historicamente excluída do acesso às políticas educacionais adequadas a sua realidade e a partir da década de 1980, uma parcela da sociedade civil passou a se articular em torno desta demanda. Para tanto, consolidou-se a discussão em torno da Educação do Campo, de forma a subsidiar teórica e politicamente a busca por ações educacionais que considerassem os sujeitos do campo como protagonistas no processo de concepção, elaboração, implementação e avaliação de políticas voltadas para a sua população (KOLLING, et al, 1999).

Além da discussão sobre a especificidade da educação do campo, os movimentos tem adotado uma postura educativa que tem por base o idealismo, entendendo que para reverter a situação social basta transformar a consciência das pessoas. Devemos admitir que a escola do campo tem suas especificidades, sobretudo na didática, principalmente porque as escolas do campo, em sua maioria, ou são unidocentes ou multisseriadas, quando não, unidocentes com multissérie.

Pensando na possibilidade de fixar o homem no campo por meio da educação, o MST vem propondo a construção de uma proposta pedagógica através da qual educar não deve se reduzir meramente a transmitir conhecimentos acumulados (FUNDEP 1995), pois busca integrar o homem a seu meio. Esta proposta de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

educação está sendo concebida como projeto a ser aplicado nas áreas de reforma agrária, visando, segundo seus defensores, contribuir para a redução da retenção e evasão escolar, buscando ao mesmo tempo ir além da escola tradicional, no sentido de construir um projeto educativo dos oprimidos (FUNDEP, 1995). Ocorre que o movimento autodenominado “Por uma Educação do Campo”, fincou suas bases epistemológicas na fenomenologia, daí, partirem de uma visão na qual o mundo rural difere do urbano, como se vivêssemos em duas realidades diferentes, como se rural e urbano não fizessem parte de uma mesma totalidade.

Ao recusar o marxismo como a principal teoria explicativa do capital, negam a categoria de totalidade e passam a admitir a existência de um “homem urbano” e um “homem rural”, de uma “mulher urbana” e uma “mulher rural”, ou ainda, de um “homem rural” e de uma “mulher rural”, quando não de uma “criança rural” e de uma “criança urbana” configurando uma complexidade tal, que permitiria alimentar a luta por uma escola do campo, diferente da escola urbana. Esta perspectiva nos leva a perguntar: que concepções pedagógicas são utilizadas para se buscar uma educação do campo e quais as matrizes teórico-filosóficas a embasam?

Como um dos principais articuladores do movimento “por uma educação do campo” o movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST, apóia-se em bases filosóficas assentadas em concepções advindas do idealismo, impulsionado por um ecletismo pedagógico que pode ser constatado na maioria de seus projetos de educação. Por adotar uma postura de cunho idealista, o movimento “por uma educação do campo” apresenta uma interpretação superficial da realidade brasileira e mundial. Em decorrência disso coloca a organização escolar, do ponto de vista de suas propostas pedagógicas, no âmbito de pedagogias que se enquadram nos perfis destas correntes filosóficas, aproximando a educação do campo dos pressupostos da pós-modernidade. Neste sentido, estão ligadas a propostas de educação que supervalorizam a prática e o cotidiano, derivadas da



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

concepção de que é pela cultura e não pela sua práxis social que se formam os indivíduos com vistas à transformação social.

De acordo com Marco Antônio de Oliveira (2008), ao se compreender a realidade como uma questão de cultura, deixando de lado as contradições presentes nas relações de trabalho entendidas como o metabolismo homem-sociedade-natureza, a escola passa a ser vista como uma forma privilegiada de transformação social, pois se a realidade social é a cultura produzida por um povo, a realidade pode se transformar através de valores e, estes, vistos de forma subjetiva, desgarrados de sua materialidade histórica podem ser alterados com boas e bem preparadas atividades escolares.

O movimento “Por uma Educação do Campo”, nasceu nos debates que se fizeram no interior do MST por uma “escola diferente” no início dos anos 1990 (MST, 2005), ganhando corpo em 1998, quando ocorreu em Brasília o I Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária. Devido aos pressupostos assumidos, os projetos de educação do campo deixam de levar em consideração a categoria de totalidade uma vez que não fazem a relação das formas atuais de produção da vida sob o capital com a necessidade de formação que propõem. Segundo Oliveira (2008), a necessidade de uma educação específica para o campo, já pressupõe uma divisão fenomênica entre o rural e o urbano, como se ambos existissem separadamente.

Como o movimento “Por uma educação do campo” não considera a categoria contradição quando tomada como a relação entre contrários que se excluem e se determinam, seus proponentes vêm somente vantagens num modelo que apresenta sua lógica pautada numa agricultura familiar ou camponesa. Assim, para Oliveira (2008),

Os projetos de educação do campo por não trabalharem com as categorias totalidade, historicidade e contradição também não levam em consideração a categoria mediação. Tal atitude deve ser compreendida dentro da perspectiva fenomênica em que tentam captar a realidade, atitude esta que considera não haver diferença



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

entre essência e aparência, uma vez que os fatos se bastam em seus aspectos fenomênicos, ou seja, busca analisar o real em sua mera aparência.

Outro aspecto importante para a compreensão da escola do campo está no conceito de práxis. Para o marxismo, mais do que interpretar a realidade interessa transformá-la, o que coloca a prática como o início da ciência social. Para alterá-la é necessário entendê-la. Neste sentido, o entendimento da realidade não pode ser feito sem a mediação de conhecimentos teóricos, entendidos estes enquanto abstrações realizadas a partir de constantes e infinitas aproximações entre a realidade empírica e o conjunto de conhecimentos sobre a realidade produzidos pela humanidade, por um ramo da ciência e/ou por um pesquisador em especial.

Na perspectiva adotada pelo movimento “por uma educação do campo”, com derivações da pós-modernidade, o ato de ensinar se inicia com o levantamento dos problemas existenciais dos educandos e seus grupos de interesses. Com estes dados em mãos cabe ao professor a tarefa de agrupá-los e propor atividades que possam fazer os alunos refletirem sobre as formas de sua superação e/ou de entendimento. Para esta vertente o que interessa não é mais a busca da construção de ferramentas para que os alunos possam entender a realidade. Pelo contrário, o importante é identificar as visões de mundo dos alunos e seus grupos sociais, na crença de que o mundo não é objetivo, pois resulta de um conjunto de interesses dos diversos grupos sociais existentes.

Para as concepções pedagógicas derivadas da *pós modernidade* não cabe mais à escola e ao professor ensinar, mas preparar os alunos para identificar e desenvolver seus interesses, com os professores não tendo mais a necessidade de dominar o conhecimento objetivo e profundo da realidade já que estes não devem passar de animadores das atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas na escola.

Os movimentos sociais que defendem um projeto de educação específico para o campo acreditam que com uma educação adequada ao meio rural o êxodo rural



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

poderia ser solucionado, pois o grande objetivo desses movimentos sempre foi melhorar as condições de vida da comunidade. Estes movimentos, dentre eles o MST, dizem acreditar que a crise por que passa o meio rural provém de uma educação voltada para o meio urbano. Para resolver estes problemas, portanto, haveria a necessidade de uma nova educação que levasse em consideração a realidade do campo.

De acordo com Roseli Caldart, o grande objetivo do MST é a luta pela reforma agrária contra o latifúndio e o neoliberalismo. Para isto ela entende que há a necessidade de formação de pessoas como quadros do movimento incluindo sua direção, além de agricultores que tenham em mente o propósito da transformação da realidade, especialmente a alteração nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores do campo. No caso dos projetos de educação o grande objetivo do MST é formar estes quadros na realidade dos “sujeitos sem terra”, ou os “lutadores do povo” (CALDART, 2004).

Se esta é realmente a questão, cabe discutir se se quer uma transformação revolucionária ou apenas reformas no capitalismo. Se a resposta for pela transformação revolucionária, o materialismo histórico deveria ser a teoria a orientar as ações do movimento, mas ao aderir a uma proposta idealista, firma-se somente a luta em torno das reformas que questionam algumas relações capitalistas, mas não o capitalismo em si, que deveria ser superado por um novo modo de produção social.

O MST em vários documentos tem procurado afirmar a importância da educação para a formação humana, por isso, no Dossiê sobre educação ao discutir os Princípios da Educação do Movimento diz que: “consideramos a educação uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para nossa organização e para o conjunto da luta dos trabalhadores” (MST, 2005). Cabe ressaltar que a escola não é o local adequado para a formação dos coordenadores e dirigentes do



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

movimento social ou do partido político. A escola deve dar a base para os dirigentes se prepararem teoricamente para dirigir politicamente a sociedade e aí, o dirigente bem preparado teoricamente terá mais facilidade em analisar a sociedade e decidir sobre os encaminhamentos mais adequados para determinados fins.

Outro dado relevante a ser discutido sobre a educação do campo é que de acordo com seus formuladores ela não ocorre somente na escola. Para os educadores do MST, (2005), “a primeira coisa que precisamos entender é que a criança não aprende apenas quando está na sala de aula estudando”, afirmando ainda que, “para nós, Escola é mais do que aula e aula é mais que repasse de conhecimentos, de conteúdos” (MST, 2005), deixando clara a proximidade da proposta educacional defendida pelo movimento com a proposta de uma educação popular, firmada sob a base do idealismo freireano.

Temos que ressaltar, entretanto, que o movimento, dá muita importância a educação, apesar de enfatizar que não é a escola o único lugar de aprendizagem. Para o MST, sempre cometemos um erro, pois “em geral, e também no caso do MST, sempre associamos muito educação com escola” (MST, 2005). É preciso compreender, entretanto que o conhecimento científico, artístico e filosófico é construído majoritariamente na academia e apropriado por uma elite econômica e que cabe à classe trabalhadora, lutar para ter acesso e controle desse conhecimento.

Para o movimento é a necessidade de ligação da educação com a realidade dos alunos e a formação de uma identidade sem terra que justificam que a educação seja diferenciada daquela dispensada aos alunos do meio urbano. Aí está uma das origens do Movimento “por uma Educação do Campo” e/ou a necessidade de uma educação nestes moldes como tem sido colocado não apenas pelo MST, mas por vários proponentes dos projetos educativos para o meio rural. A primeira reivindicação pública de uma educação do campo dos e para os sujeitos que vivem



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

no meio rural aparece na carta elaborada ao final do I Congresso Nacional de Educação para a Reforma Agrária (1998).

Nesta carta em que reivindica uma educação do campo, específica para as pessoas oriundas dos projetos de reforma agrária, o MST afirma que é fundamental todo o esforço feito nos acampamentos, assentamentos e escolas, para

construir uma proposta de educação do MST, isto é, que se desenvolva ligada às lutas, aos objetivos, à organicidade do MST. Porque acreditamos que é a educação do movimento (...), que pode melhor dar conta das suas demandas de formação, adequando-se à dinâmica de suas necessidades e, portanto, participando mais efetivamente dos processos de mudança (MST, 2005).

De acordo com esta visão, nenhuma corrente pedagógica tem um conteúdo que reflita sobre a práxis pedagógica do MST buscando um sentido de movimento pedagógico de práticas que exigiriam uma elaboração teórica que por sua vez exigem um salto de qualidade em novas práticas (CALDART, 2004). Neste sentido, a Pedagogia do Movimento é a mistura de várias teorias pedagógicas que pretende juntar correntes filosóficas, entre elas o marxismo e o idealismo existencialista, numa base eclética, utilizada como método de formação.

Ao não aderir a uma teoria revolucionária também não tem como se fazer uma prática revolucionária, pois ao não se buscar a superação da sociedade capitalista procura-se sua adaptação a ela. Nesse caso, parte-se do pressuposto de que não existe mais luta de classes uma vez que se entende que acabaram os antagonismos entre as classes sociais, ou melhor, o problema agora passa a ser de diferença e não mais de desigualdade, pois a realidade passa a ser considerada a partir das “diferenças” culturais e não das classes em conflito. Este posicionamento é compreensível quando se trata de uma posição de governo, mesmo que este se apresente como representante dos trabalhadores, pois ele tem que atender aos mais diversos interesses, mas não pode ser aceito, quando se trata de movimentos





ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sociais que defendem um determinado setor de classe, sobretudo, se este setor for ligado à classe trabalhadora.

Os defensores da educação do campo alegam ainda que tradicionalmente o rural aparece como o local da produção agropecuária, mas também do atraso, da pobreza, da falta de estruturas e da carência de serviços públicos, por isso, o espaço rural é o espaço do que “sobra” dos municípios, já que o importante parece ser as cidades, mesmo que não passem de pequenos e médios centros que gravitam em torno do trabalho, da produção, da cultura diretamente vinculada ao meio ambiente.

Os formuladores das políticas de educação do campo apresentam uma visão individualista ao falar na necessidade de educação dos sujeitos que vivem no campo, uma vez que dizem entender que a identidade da educação do campo se constrói pelos sujeitos sociais a quem se destina e deve contemplar seu modo próprio de vida na utilização do espaço vivido, que se faz ao se redesenhar o papel que a escola deve desempenhar no processo de inclusão das pessoas, como ferramenta estratégica na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário.

A defesa de uma educação que tenha por base a multiculturalidade e a pedagogia das diferenças em contraposição a uma pedagogia que parta do princípio de que a sociedade está dividida em classes fica mais evidenciado no artigo Art. 2º do decreto que regulamenta a educação do campo, quando se afirma que são princípios desta educação:

- I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; (BRASIL, DECRETO n. 7.352/2010).

Ao assumir a luta por uma educação específica para o campo, assume-se também a defesa do multiculturalismo e a apologia das diferenças sócio-culturais, disseminando a ideologia de que não há desigualdade de classes na nossa sociedade, mas diferenças culturais e sociais. Nesta perspectiva, o movimento aceita como pressuposto

a diversidade sócio-cultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, recorrer a uma lógica exclusiva e de ruptura com um projeto global de educação para o país (BRASIL, 2001).

Com este conjunto de valores e aceitando as premissas do neoliberalismo, apesar das afirmações em contrário, passa-se também a atribuir todos os problemas do campo, inclusive os do analfabetismo a falta de um projeto de educação para o campo, afirmando-se que,

a ausência de uma consciência a respeito do valor da educação no processo de constituição da cidadania, ao lado das técnicas arcaicas do cultivo que não exigiam dos trabalhadores rurais nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, contribuíram para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada aos interesses dos camponeses (BRASIL, 2001).

Com isto investe-se no cotidiano da criança levando-a a não valorizar a teoria, pois acredita-se que como o homem não nasce feito ele deve se construir ao longo da vida, levando a uma supervalorização do prático, que para Newton Duarte (2001) constitui-se numa forma de fazer o aluno acostumar-se com o mundo atual, buscando que o ensino se pautasse por uma supervalorização do cotidiano.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Com este entendimento acerca da realidade do campo, em agosto de 2010 foi divulgada uma carta de criação do Fórum Nacional de Educação do Campo, cujos protagonistas eram, dentre outros, movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, universidades, institutos federais de educação, que após análise da situação do campo e da Educação do Campo no Brasil, resolveram criar o FONEC, com o objetivo de realizar uma análise

severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo; bem como a correspondente ação política com vistas à implantação, à consolidação e, mesmo, à elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo (FONEC, 2010).

Para as entidades que subscrevem o FONEC, um ponto de partida comum a todos os que criaram este Fórum foi

a constatação da evidente desigualdade social e educacional a que estão submetidas as populações do campo, conforme refletem os dados da realidade e a manifesta ausência ou inadequação das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à educação (Carta de criação do FONEC, 2010).

De acordo com os fundadores do FONEC o projeto hegemônico de campo, de desenvolvimento rural e de educação no meio rural tem caráter excludente, predador e homogeneizante. Para esse movimento, os problemas educacionais deveriam se resolver a partir de uma formação docente que considerasse o reconhecimento da diversidade e do correspondente direito a uma educação diferenciada aos povos do campo (FONEC, 2010).

Apesar de a ampla maioria dos signatários aderirem a correntes idealistas, como vimos, os signatários do documento de criação do Fórum Nacional de Educação do Campo compreendem que já há grande acúmulo teórico e pedagógico que



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

precisa ser considerado nas formulações das políticas públicas-especialmente na estrutura e funcionamento das universidades e secretarias estaduais e municipais de educação: aquele consignado nas matrizes históricas da Educação Popular, da Educação Socialista e da Pedagogia dos Movimentos (FONEC, 2010).

E que

A educação constitui instrumento de formação teórica e estratégica essencial para que os povos do campo possam avançar nas suas lutas. Afinal, ela se insere na luta fundamental entre capital e trabalho (FONEC, 2010).

O MST defende a educação do cidadão militante, entendendo que é através da luta e nela que se forma para sua atuação política do dia a dia. Neste sentido, Caldart afirma que o que o movimento quer ou precisa não acontece só na escola, dado que

É um processo bem mais amplo, que tem a própria dinâmica do movimento social como ambiente de aprendizados por excelência. Mas a luta pela escolarização dos sem terra é fundamental: além de se tratar de um direito de cidadania, representa a possibilidade de acesso a certos tipos de saberes que fazem efetiva diferença na formação/educação onilateral de sujeitos da transformação social e da conquista da dignidade humana (CALDART, 1997).

O movimento reivindica a adoção de uma nova forma de ensinar, que dê conta daquilo que é característico do setor rural, já que segundo Roseli Caldart nesse campo há uma certa *“...especificidade [que] tem a ver com um novo currículo, [e] com a relação efetiva entre escola e comunidade, entre educação, produção, cultura, valores, e com uma formação adequada aos trabalhadores e às trabalhadoras desta educação”* (CALDART, 1997).

Para o movimento esse novo currículo deveria promover dentre outras coisas, *“uma educação que valorize o saber dos/as educandos/as. [pois] Crianças, jovens, adultos, pessoas mais velhas, todos tem um conjunto de saberes, uma cultura e uma história que precisam ser respeitadas e consideradas quando entram na escola”* (CALDART, 1997).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## CONCLUSÕES

Por adotar uma postura de cunho idealista, muitos dos que defendem uma educação do campo acabam por apresentar um viés fenomênico na interpretação da realidade brasileira e do mundo, analisando-a de forma superficial. Em decorrência disso colocam a organização escolar, do ponto de vista de suas propostas pedagógicas, no âmbito de pedagogias que se enquadram nos perfis destas correntes filosóficas, aproximando a educação do campo dos pressupostos da pós-modernidade. Neste sentido, estão ligadas a propostas de educação que supervalorizam a prática e o cotidiano, derivadas da concepção de que é pela cultura que se formam os indivíduos.

Entretanto por não haver uma teoria revolucionária também não há uma prática revolucionária, pois ao não se buscar a superação da sociedade capitalista procura-se sua adaptação a ela. Nesse caso, parte-se do pressuposto de que não existe mais luta de classes uma vez que se entende que acabaram os antagonismos entre as classes sociais, ou melhor, o problema agora passa a ser de diferença e não mais de desigualdade, pois a realidade passa a ser considerada partir das “diferenças” culturais e não das classes em conflito.

É possível perceber também, que apesar do MST, em determinados momentos assumir uma teoria reacionária, muitos de seus dirigentes vem adotando o referencial marxista, o que pode conferir certa aproximação de uma teoria revolucionária. Como o MST é um movimento social e popular, toda mudança será possível, pois tudo está em movimento.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. CNE. Câmara de Educação Básica. **Parecer 36/01**. Brasília, 2001.
- BRASIL. **Decreto n. 7.352** de 4 de novembro de 2010
- BRASIL. **Carta de criação do FONEC**, Brasília, agosto de 2010.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento: Formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- DUARTE, N. **Vigotski e o aprender a aprender** – crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- FUNDEP, **Coragem de Educar**. uma proposta de educação para o meio rural. Petrópolis: Vozes, 1995.
- KOLLING, E. J. et al. **Por uma educação básica do campo**. Brasília: 1999.
- MST. **Dossiê MST ESCOLA: documentos e estudos, 1990-2001**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- OLIVEIRA, M. A. de. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno**. Curitiba, UFPR, setor de educação, Tese, 2008.